

Escolha obrigatória entre investimento ou apagão

1 de Abril de 2005 - Nos primeiros vinte dias de janeiro ocorreram cinco "apagões", atingindo o fornecimento de energia elétrica nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina, Espírito Santo e Minas Gerais. Falhas operacionais e falta de investimentos em transmissão e manutenção de equipamentos foram as causas dessas interrupções. Um pouco antes dessas ocorrências, em novembro o sistema elétrico atingiu pico de consumo. Nesse mês, o consumo atingiu 32.524 gigawatts/hora (GWh), média diária de 45.172 GWh, um pouco maior que a média alcançada em setembro, 45.117 MWh, o recorde absoluto na história do consumo de energia no País. Os dados são do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Enfrentar com eficiência esses dois extremos do sistema elétrico brasileiro, os limites operacionais da oferta e as exigências reais da demanda, depende da efetiva implantação do atual modelo do setor elétrico, regulamentado desde o ano passado. Exatamente por isso, o enfoque nos obstáculos para a realização de leilões de novos empreendimentos de geração foi uma das principais preocupações dos empresários durante os debates na conferência "Brasil Energia, a operação do novo modelo", organizada por este jornal e pelo Jornal do Brasil e revista Forbes.

O entrave maior para a realização desses empreendimentos é o licenciamento ambiental, exigência prévia de qualquer leilão. A Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib) organizou um mapa da autêntica "via-crúcis" para a obtenção dessa licença, um processo que dura, no mínimo, vinte meses. Sem contar, óbvio, os possíveis processos judiciais posteriores. A qualquer momento desse processo, o Ministério Público, as agências estaduais, o Ibama, o Movimento dos Atingidos por Barragens, a Funai, o Patrimônio Histórico, podem interromper esse lento processo. Não é incomum o mesmo argumento jurídico ser utilizado por um ou mais desses segmentos apenas para protelar a autorização ambiental, apesar de derrota judicial anterior, sustentada em idêntica premissa. Paulo Godoy, presidente da Abdib, mostrou que a tramitação dessas licenças poderia ser reduzida à metade, se fosse implementada, por exemplo, alguma informatização no processo de concessão dessas licenças.

O perfil do financiamento é outro entrave significativo para o investimento em geração de energia. Para que se alcance uma expansão anual de 3 mil MW são necessários investimentos anuais de R\$ 5 bilhões.

O BNDES tem apoiado o projeto de novas usinas, mas o governo, como mostrou o presidente da Câmara Brasileira de Investidores, Cláudio Sales, não aposta na lógica da "financiabilidade natural" de cada leilão baseado no formato das disputas das linhas de transmissão. Essa opção despreza os riscos muito mais altos e os

prazos muito mais longos dos processos de geração. Atrair recursos do mercado financeiro para o setor é inviável enquanto a taxa Selic

permanecer onde está.

O mercado de livre negociação de energia acompanha assustado as incertezas na geração. Em 2004, esse mercado cresceu mais de 50% e mantém a tendência neste ano. Essa forma de comercialização tem provocado "mudanças radicais" no sistema. Desde a crise do racionamento, a maioria das empresas acompanha com rígido controle o consumo de energia e domina as técnicas de planejamento futuro, o que, aliás, passou a ser determinação legal para os consumidores livres. As comercializadoras diversificaram atuação e oferecem consultoria, gestão de contratos e outros serviços, além do mero comércio de energia. Para avaliar a flexibilidade desse mercado, uma grande operadora paulista perdeu 46% de consumidores livres de sua base de clientes, fato que implicou queda de 7,8% na sua demanda.

Esse saudável processo de modernização não atingiu a geração no sistema elétrico. A oferta deve se manter equilibrada até o final de 2007 quando o superávit se reduzirá, segundo estimativas do setor, para menos de um décimo da atual. Se a economia crescer acima do previsto nos próximos dois anos - basta lembrar o que ocorreu com a previsão do PIB de 2004 -, o atual excesso de oferta se transformará em déficit.

Com tarifas reduzidas, como promete a ministra Dilma Rousseff, o consumo deve acelerar, apressando o desequilíbrio entre oferta e demanda. Convém não esquecer, também, que o setor público ainda é dono de 79% de toda a energia gerada no País, perfil que sempre é mais complexo e menos ágil para efetivar investimentos. Sem tarifas adequadas que gerem caixa suficiente para sustentar os investimentos em geração - que tem período próprio de maturação -, será difícil afastar riscos de novas crises. Com todos os custos - econômicos, sociais e, especialmente, políticos - que os apagões geram.

Para imprimir, enviar ou comentar, acesse: www.gazetamercantil.com.br/editorial

kicker: Enfrentar os limites da oferta e a crescente demanda por energia exige investimentos e efetiva implantação do modelo do setor elétrico